



# DEMOCRACIA E DIREITOS

DIMENSÕES DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS  
E SOCIAIS

## PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR:

O CASO DO MUNICÍPIO CATARINENSE DE SANTA ROSA DE LIMA

**Giovanni Dorneles Bosio**, Universidade do Estado de Santa Catarina | UDESC

**Patrícia Vendramini**, Universidade do Estado de Santa Catarina | UDESC

**Valério Alecio Turnes**, Universidade do Estado de Santa Catarina | UDESC

### RESUMO

Santa Catarina é um estado onde o meio rural e as atividades agropecuárias possuem uma importância social e econômica expressiva em relação a sua trajetória de desenvolvimento. No entanto, é alarmante a redução da população rural, em função, entre outras coisas, de intenso fenômeno migratório, caracterizado pelo abandono de regiões rurais em direção aos centros urbanos localizados no litoral catarinense. Percebe-se, ainda, que os esforços do Poder Público têm sido insuficientes para reverter este panorama. Diante deste cenário, o presente trabalho possui como objetivo geral verificar a efetividade de políticas públicas promovidas pelo Poder Público, tendo como objeto de estudo os impactos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) no município de Santa Rosa de Lima (SC). Com caráter exploratório, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica, para um breve resgate do conceito de políticas públicas, e documental, a fim de aprofundar os dados do PNCF. Para a coleta de dados primários, foram feitas entrevistas semiestruturadas com agricultores beneficiados pelo crédito do PNCF, considerados informantes-chave. A análise dos dados foi realizada através da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que forma um painel de representações sociais sob a forma de discursos que buscam, com base numa série de artifícios metodológicos, resgatar o pensamento coletivo de uma forma menos arbitrária do que geralmente ocorre em uma pesquisa qualitativa. O artigo procura identificar os impactos do programa nos seguintes aspectos: i) A evolução como agricultor familiar e as atividades agropecuárias antes e depois do Programa; ii) Dinâmica do patrimônio fundiário; iii) Capacitação profissional, assistência técnica e relação com o mercado; iv) Vida comunitária; v) Estilo de vida; vi) O PNCF na perspectiva do sujeito coletivo. A unanimidade das respostas foi positiva, alegando que o programa foi uma oportunidade de comprar sua terra própria, que por outros meios não teriam condições, mostrando que o resultado em geral foi muito benéfico para as famílias atingidas pelo programa. Todos possuem origem na agricultura e começaram trabalhando com os pais, relatando que não gostariam de sair deste meio, e que isso ocorre, muitas vezes, pela falta de emprego e não por iniciativa própria, alegando que gostam de trabalhar com o campo. Entretanto, a compra da terra é apenas um dos investimentos que devem ser feitos até que a família tenha condições de manter sua subsistência. É necessário investir ainda em infraestrutura, como maquinário e insumos, que não são cobertos pelo Crédito Fundiário. Em síntese, o estudo indica que as políticas públicas se tornarão mais efetivas na medida em que catalisarem suas ações em termos intersetoriais, unindo diferentes aspectos dos complexos problemas públicos.

**Palavras-Chave:** Êxodo rural; linhas de crédito; desenvolvimento territorial.

**PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR:**

O CASO DO MUNICÍPIO CATARINENSE DE SANTA ROSA DE LIMA

BOSIO, Giovanni Dorneles

VENDRAMINI, Patrícia

TURNES, Valério Alecio

**INTRODUÇÃO**

Santa Catarina é um estado que possui uma significativa área rural e uma agricultura desenvolvida de forma ampla em todo seu território. Segundo pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, cerca de 16% da população do estado se encontra na zona rural, contra 84%, que está na zona urbana. Isso representava em 2010 aproximadamente um milhão de pessoas dos 6.248.436 habitantes de Santa Catarina. No entanto, uma análise dos dados do período de 2000 a 2010, demonstra que a população rural diminuiu 12,1%, mesmo que o crescimento geral da população tenha sido de 16,6% na década.

Apesar da expressividade da agropecuária na economia catarinense, é alarmante a redução da população rural. Por outro lado, nota-se um forte discurso do Poder Público anunciando a implementação de diversas políticas públicas para o desenvolvimento da produção agrária, incluindo incentivos fiscais, financiamento de terras à baixas taxas de juros e apoio técnico para o desenvolvimento do agronegócio.

O presente trabalho se propõe a verificar a efetividade das ações providas pelo Executivo Estadual, tendo como objeto de estudo uma análise expedita do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF. O programa tem como propósito dar condições para que os agricultores possam comprar imóvel rural com financiamento, como também subsidiar recursos necessários à infraestrutura de produção, assistência técnica e extensão rural. Dessa forma, “Além da terra, o agricultor pode construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma.” (BRASIL, 2017).

Como sustentação ao alcance do objetivo geral, os objetivos específicos dedicam-se a analisar a percepção dos agricultores familiares beneficiários do PNCF sobre sua condição socioeconômica atual e identificar possíveis impactos territoriais desta política pública, no município de Santa Rosa de Lima, localizado na Microrregião de Tubarão, sudeste de Santa Catarina. A investigação procura destacar os impactos do programa nos seguintes aspectos: i) A evolução como agricultor familiar e as atividades agropecuárias antes e depois do Programa; ii) Dinâmica do patrimônio fundiário; iii) Capacitação profissional, assistência técnica e relação com o mercado; iv) Vida

comunitária; v) Estilo de vida; vi) O PNCF na perspectiva do sujeito coletivo.

Foi realizado um levantamento dos dados municipais pelo último censo de 2010 comparando- os a informações atuais, colhidas de fontes secundárias. Além disso, os pesquisadores realizaram um conjunto de entrevistas e visitas *in loco* para conhecer a realidade e as impressões dos agricultores beneficiados pelo Programa.

Após a coleta de informações, foi realizada a análise dos dados, utilizando como base a metodologia de análise o discurso do sujeito coletivo (LEFEVRE; LEFEVRE; MARQUES, 2009).

Os autores destacam que o artigo tem caráter exploratório e busca levantar elementos para o aprofundamento do tema específico. Cabe salientar que ele insere-se no âmbito de um projeto de pesquisa “A contribuição das políticas públicas para a construção e consolidação de territórios rurais em Santa Catarina: O caso do Território das Encostas da Serra Geral”, desenvolvido no âmbito do Centro de Ciências da Administração e Ciências Socioeconômicas (ESAG/UDESC).

## 1. As políticas públicas relativas à questão fundiária em Santa Catarina

Segundo Secchi (2014), a palavra política pode assumir vários sentidos. Neste artigo, pretende-se tratá-la como orientações para a tomada de decisões, abrangendo ações ou inações. Mais especificamente, utilizar-se-á o conceito de políticas públicas, definindo-o como “uma diretriz, elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2014, p.02) em prol de um coletivo.

Para Secchi (2014), a política pública deve ser elaborada a partir de um problema inicial, escolhido dentre diversos problemas levantados, sendo avaliada a sua prioridade, analisando aspectos como a população abrangida, grau de impacto e de prioridade. A intenção de sua implementação é superar um problema público e buscar atingir uma situação desejada.

Historicamente, o Estado de Santa Catarina (SC) executa algumas políticas públicas que visam permitir o acesso a terra para agricultores familiares sem terra ou com terra insuficiente para sua viabilidade econômica e social. Dentre essas políticas pode-se citar o Programa Fundo de Terras, destinado a financiar a aquisição de terras para trabalhadores rurais sem-terra, posseiros, arrendatários, meeiros e filhos de agricultores. Criado pela Lei estadual n. 6.288 de 31 de Outubro de 1983, tem como característica a constituição por orçamento estadual, sendo possível a complementação com recursos federais, e uma das exigências para a aquisição do programa, é que o contemplado tem que ter pelo menos cinco anos de residência no Estado de Santa Catarina.

A partir de 2003, SC passou a executar o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), uma política pública de iniciativa federal, implementado em parceria com as secretarias estaduais que

respondem pela questão fundiária. Estas instituições têm autonomia para gerir o Programa da maneira que acharem mais adequada às demandas e condições de cada estado, desde que respeitadas as diretrizes e normas gerais de abrangência nacional. Assim, mesmo sendo de âmbito federal, a responsabilidade da implementação do PNCF em cada estado fica a cargo das Unidades Técnicas Estaduais (UTE), assim respeitando o acordo de cooperação entre os estados interessados e o Ministério da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>1</sup>. No caso do Estado de Santa Catarina, o órgão responsável pelo programa é a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR), que tem como função monitorar as transações dos processos e sua execução. A gestão estadual do Programa deve assegurar a efetiva participação dos conselhos municipais e estaduais, das Agências de Desenvolvimento Regional e dos parceiros da SAR envolvidos.

## 2. O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

O PNCF é um programa que reúne as ações e programas de reordenação fundiária que são tratadas na Lei Complementar n. 93, de 04 de fevereiro de 1998, que por meio de crédito fundiário, busca promover o acesso, a redistribuição de terras e consolidar as propriedades rurais da agricultura familiar, visando a um justo compartilhamento fundiário, conforme está no Decreto n. 4.892, de 25 de novembro de 2003.

As linhas de financiamento podem ser oferecidas a agricultores que possuem cinco ou mais anos de experiência em agricultura, não possuem terras próprias de área maior que as dimensões da propriedade familiar, definida no inciso II do art. 4º da Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, não pode possuir uma renda familiar superior a R\$ 30.000,00 e não pode possuir um patrimônio superior a R\$ 60.000,00. As pessoas que estiverem enquadradas nessas normas têm direito a pedir um financiamento de, no máximo, R\$ 80.000,00. Os contemplados precisam morar nas terras por um período de no mínimo cinco anos, estão sujeitos à necessidade de comprovação do uso das terras para atividades rurais e estão impedidos de vender ou repassar o imóvel para terceiros até o término do pagamento das parcelas do financiamento adquirido (BRASIL, 2017).

Este programa é financiado com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, fundo criado pela Lei Complementar n. 93, de 1998, além de recursos do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, que tem como finalidade proporcionar apoio aos trabalhadores rurais, para melhores condições de suas famílias, infraestrutura comunitária, capacitação e assessoria técnica para aumentar a qualidade e produção em suas terras. O quadro 01 demonstra o número total de beneficiários de ambos os programas e especificamente em Santa Rosa de Lima.

---

<sup>1</sup> Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, transfere as competências do MDA, que estavam com o MDS, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Casa Civil da Presidência da República

QUADRO 01 – Beneficiários dos Programas de Agricultura Familiar

Âmbito	PNCF	Fundo de Terra
Santa Rosa de Lima	35	11
Santa Catarina	10979	867

Fonte: Santa Catarina, 2016.

Este artigo definiu como área de estudo o município de Santa Rosa de Lima, integrante da região conhecida como Encostas da Serra Geral, composta por um grupo de pequenos municípios do estado de Santa Catarina. O nome “Encostas da Serra Geral” faz referência às características geográficas do território, sendo que os municípios que o integram fazem divisa com o paredão da Serra Geral. Este é um dos pontos comuns que levam os moradores a se identificarem como pertencentes ao mesmo território.

No entanto, não é somente a característica geográfica que faz com que os moradores dos municípios das Encostas da Serra Geral compartilhem uma identidade territorial. Outros fatores, como o processo de colonização, sobretudo por imigrantes alemães; a presença marcante da agricultura familiar; a riqueza de recursos naturais, como nascentes de rio e os remanescentes da Floresta Atlântica, dentre outros, também contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento à região.

No que diz respeito especificamente à agricultura familiar, base da vida econômica e social do território, a mesma vem tentando resistir e se adaptar às constantes transformações da realidade que a rodeia, sejam elas econômicas, culturais (especialmente no que diz respeito aos hábitos de alimentação da população) ou ambientais.

Cabe destacar que a presença da agricultura familiar no meio rural é uma característica importante em todo estado de Santa Catarina, onde 87% do total de estabelecimentos são gerenciados a partir da lógica do trabalho familiar, reiterando a representatividade desta categoria no contexto social e econômico do estado catarinense. Este percentual é um dos maiores do país. No caso das Encostas da Serra Geral, a busca por alternativas para a agricultura familiar iniciou em 1996. Naquela época, um grupo de pessoas, formado principalmente por emigrantes de Santa Rosa de Lima, mas que não haviam perdido o vínculo com o território (geralmente os pais, irmãos e amigos haviam permanecido nos municípios), começou uma reflexão sobre os rumos do desenvolvimento na sua terra natal. O cenário era desolador: dificuldades para geração de renda nas atividades ligadas à agricultura familiar, devastação ambiental e utilização excessiva de agrotóxicos. A partir deste contexto, surgiu uma série de iniciativas que buscaram a transformação das condições desfavoráveis e a construção de bases diferenciadas para a retomada do desenvolvimento no território. Hoje, o território é reconhecido internacionalmente por suas características: associativismo, cooperação, atividades inovadoras, novas funcionalidades no meio rural, agricultura orgânica, turismo rural etc.

Este projeto procura contribuir para a avaliação de políticas públicas em relação à criação das condições para o desenvolvimento do território das Encostas da Serra Geral, em especial no município de Santa Rosa de Lima.

### 3. O município de Santa Rosa de Lima

Segundo informações levantadas no site da prefeitura de Santa Rosa de Lima, a cidade foi fundada em 10 de maio de 1962, por colonizadores alemães e imigrantes italianos, que foram trazidos a Santa Catarina para proteger os carregamentos de charque vindos do Rio Grande do Sul, indo em direção a São Paulo.

Os traços da cultura dos primeiros colonizadores ainda são encontrados em aspectos como as danças, costumes e comidas típicas, além da arquitetura de algumas construções da cidade. A colonização teve início a partir do ano de 1920, e construiu uma região predominantemente rural e com base na agricultura familiar.

Atualmente, o município é conhecido nacionalmente como uma das referências em agricultura orgânica e responsável ecologicamente. Um exemplo do empenho da região para se tornar uma das referências nacionais da agricultura orgânica é a existência da Associação dos Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco), que procura valorizar a agricultura orgânica e familiar, focando na proteção do meio ambiente e na altíssima qualidade dos produtos. A iniciativa foi desenvolvida por um conjunto de famílias, no ano de 1996. Com o passar destes 20 anos, muitas famílias aderiram ao projeto. Esta iniciativa deu origem a uma cooperativa composta por 27 pequenas agroindústrias alimentícias, que geram postos de trabalho, renda e condições mais atrativas para a permanência das famílias nas áreas rurais.

#### 3.1 Dados demográficos do município

Santa Rosa de Lima encontra-se situada na região sudeste de Santa Catarina, fazendo parte do grupo de cidades da Agência de Desenvolvimento Rural (ADR) de Braço do Norte, ficando a 127 Km de distância da capital do estado, Florianópolis. Segundo informações levantadas, a população total em 2016 era de 2065 habitantes (IBGE, 2017), a densidade demográfica é de 10,22 hab/km<sup>2</sup>, ou seja, é um município com um baixo número de habitantes e uma baixa densidade demográfica. Os dados demográficos do período 2000/2010 mostram uma redução significativa da participação da população jovem no total da população, diminuindo de 37,8% da população para 28,5% no ano de 2010. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,757, valor um pouco a baixo do IDH Estadual que é de 0,774 (IBGE, 2010). O índice da população com renda per capita de até R\$ 70,00 é de 0,6% dos habitantes, com a renda de até ¼ do salário mínimo é de 13% da população e a parcela da população que recebe até ½ do salário

mínimo é de 4,3%.

O índice GINI da concentração de renda entre grupos é de 0,318, índice considerado baixo, comparada com as médias estadual e nacional. Em relação ao PIB municipal, o valor agregado do setor da agricultura, em 2016, correspondeu a 38%, demonstrando ser um setor importante da economia municipal.

QUADRO 02 – Distribuição da população urbana e rural de Santa Rosa de Lima por gênero

Gênero	Urbana	Rural
Homem	279	813
Mulher	239	734
TOTAL	518	1547

Fonte: IBGE, 2017.

#### 4. METODOLOGIA UTILIZADA NO ESTUDO

Este artigo foi um dos produtos gerados a partir do estágio de conclusão do curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina. O trabalho desenvolvido é um estudo de caso, já que analisa em profundidade a realidade de um espaço previamente delimitado, o município de Santa Rosa de Lima, tendo como objeto de análise os resultados da política pública de Crédito Fundiário, implementada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, fornecidos pela SAR.

Para o embasamento da escolha do tipo de pesquisa, foram consultados o artigo Métodos de Pesquisa organizado por Gerhardt (2009) e Silveira (2009) e o livro Projetos de Pesquisa de Creswell (2010).

Para o levantamento dos dados, foram utilizadas algumas ferramentas de pesquisa, que permitem afirmar que a abordagem de pesquisa utilizada poder ser classificada como mista ou quali- quanti, utilizando em parte do trabalho a visão positivista, e em outra parte a visão fenomenológica, aproveitando-se o que há de melhor das duas (ARAÚJO; OLIVEIRA, 1997; CRESWEL, 2010).

O desenho da pesquisa prevê a obtenção de dados e informações a partir do levantamento e análise documental e pesquisa bibliográfica. Os dados sobre os programas apontados no trabalho, principalmente o Programa Nacional de Crédito Fundiário, foram retirados do site da Secretaria de Estado de Agricultura (SAR), do regulamento e do manual operativo do Programa de Crédito Fundiário. Também foram utilizadas as planilhas de controle da Secretaria, onde estão registrados todos os Beneficiários do programa, separados por cidade. Em complementaridade, foram realizadas (a) Observação de fatos e fenômenos *in loco* tem como principal objetivo obter informações utilizando os sentidos humanos na observação de determinados aspectos da

realidade. A observação não consiste tão-somente em ver ou ouvir, mas também em analisar o fato ou fenômeno. O investigador pode identificar e obter provas a respeito de objetivos de que não possui consciência, exercendo importante papel no aspecto da descoberta, ponto inicial para a investigação social; e (b) entrevistas semiestruturadas com informantes chaves, beneficiários do PNCF e lideranças locais. Foram levantadas informações sobre categorias importantes para a análise do impacto da política pública: a satisfação dos beneficiários, a assistência técnica prestada, a qualidade de vida, a capacidade de produção e venda dos produtos, a opinião sobre o estilo de vida rural, as pretensões e as dificuldades encontradas no campo etc.

A análise dos resultados foi feita a partir da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que forma um painel de representações sociais sob a forma de discursos que buscam, com base numa série de artifícios metodológicos, resgatar o pensamento coletivo de uma forma menos arbitrária do que geralmente ocorre em uma pesquisa qualitativa. Na técnica do DSC, os depoimentos coletados são metodologicamente tratados com o objetivo de obter o pensamento coletivo. A técnica consiste basicamente em analisar o material verbal coletado em pesquisas que têm depoimentos como sua matéria-prima, extraindo-se de cada um destes depoimentos as Ideias Centrais ou Ancoragens e as suas correspondentes Expressões Chave; com as Ideias Centrais/Ancoragens e Expressões Chave semelhantes compõe-se um ou vários discursos síntese que são os Discursos do Sujeito Coletivo. (LEFEVRE; LEFEVRE; MARQUES, 2009, p. 1194). O conteúdo deste depoimento síntese foi editado para constituir o produto final que é o discurso do sujeito coletivo, ou seja, uma opinião coletiva de uma pessoa coletiva. As representações sociais sobre o assunto pesquisado são constituídas pelo conjunto dos discursos do sujeito coletivo relativos aos temas e subtemas pesquisados.

## 5. Apresentação e análise dos dados a partir do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)

O discurso explicitado neste capítulo procura apresentar uma síntese do pensamento da representação social envolvida no estudo e busca retratar as posições relacionadas aos resultados da política pública no PNCF implementado no Território das Encostas da Serra Geral, mais precisamente no município de Santa Rosa de Lima, sudoeste do estado de Santa Catarina em relação às famílias beneficiárias e sua contribuição para o fortalecimento da visão territorial do desenvolvimento.

### 5.1 O Sujeito Coletivo e sua evolução social e econômica

Os agricultores envolvidos na pesquisa representam 60% do total de beneficiários desta política pública no município. Além destes, inclui-se a contribuição de alguns outros atores chaves considerados importantes para a compreensão da visão coletiva.

A média de idade dos atores formadores do DSC é de 40,1 anos, tendo o indivíduo mais novo 28 anos de idade e o mais velho 57 anos. Neste espectro etário identifica-se a presença de visões de mundo diferenciadas e influenciadas pelas diversas experiências de vida.

Todos os atores diretamente beneficiados foram contemplados pelo PNCF há pelo menos 10 anos. Esta condição permite inferir de maneira mais segura o real impacto da política pública analisada sobre a vida das famílias e sobre a realidade local.

O sujeito coletivo apresenta uma baixa escolaridade média. Pôde-se constatar, no entanto, que um dos atores relata possuir diploma de nível superior e estar cursando um curso de pós-graduação.

A média de filhos das famílias chega a 2,5 por casal. O beneficiário mais jovem não possui nenhum filho e o segundo mais jovem possui apenas 01 filho, sendo que os mais velhos têm entre 03 e 04 filhos. Pode-se informar que este grupo totaliza uma população de aproximadamente 30 pessoas.

Todos os beneficiários diretos do Programa tem histórico na agricultura. Todos sempre viveram no meio rural do município, trabalhando nas unidades familiares de seus pais ou prestando serviços nas vizinhanças. Em um caso, verifica-se a tentativa de trabalhar como empregado no meio urbano, antes de ter a oportunidade de financiar a própria terra. Seu retorno é atribuído às dificuldades de adaptação e à busca por melhor qualidade de vida.

De maneira unânime percebe-se o prazer e a satisfação com o trabalho na agricultura, o forte desejo de ser “patrão de ti mesmo”, manifestado pelo gosto de “trabalhar por conta própria e poder fazer os próprios horários”.

O Sujeito Coletivo, quando questionado sobre a opção de continuar construindo sua história em Santa Rosa de Lima, afirma que “gosta do Município, nasceu no Município e resolveu continuar aqui”. Uma tentativa de buscar outro lugar para viver mostrou-se frustrada e o retorno foi propiciado pela inclusão no PNCF (“assim que consegui a terra, voltei!”).

## **5.2 A evolução como agricultor familiar e as atividades agropecuárias antes e depois do Programa**

Antes do acesso ao Programa, o Sujeito Coletivo não possuía terras e nem outros meios de produção próprios (máquinas e implementos agrícolas, poupança financeira, veículos, por exemplo). Dependia do trabalho na propriedade da própria família ou da prestação de serviços sazonais para terceiros, em geral, vizinhos da própria comunidade rural onde viviam.

A história do Sujeito Coletivo foi marcada pela participação na produção de fumo (seja como prestador de serviço, mão de obra familiar ou produtor direto) e registrou grandes problemas com a decadência do mercado deste produto. Desta crise, surgiram as novas práticas e novos caminhos em relação à produção agropecuária. Atualmente, o município é conhecido como a capital

brasileira da agroecologia, numa reação à atividade fumageira e à agricultura tradicional.

As unidades de produção destes agricultores caracterizam-se pela produção de diversos itens para o autoconsumo familiar e para a geração de renda. As principais fontes de renda são a comercialização da produção agropecuária excedente (milho, cana de açúcar, aipim, batata doce etc.), a venda de madeira de reflorestamento (eucalipto), a produção de leite e derivados e a produção de frango orgânico. Além disso, pode-se destacar a tentativa de introdução de atividades rurais não agrícolas, neste caso uma iniciativa de turismo no meio rural (representada pela implantação de uma pousada numa propriedade), que serve como fonte alternativa de renda para a família e gera novos postos de trabalho para ocupação de sua mão de obra.

A comercialização da produção é realizada de maneira diversa dependendo do tipo de produto vendido: leite *in natura* para uma indústria de laticínios, derivados de leite para estabelecimentos comerciais locais, madeira para compradores avulsos, frango orgânico para uma cooperativa local.

O Sujeito Coletivo demonstra um baixo espírito associativo. Em geral as atividades (produção e comercialização) são realizadas de forma individual, envolvendo somente o núcleo familiar. Em algumas situações ocorrem parcerias entre famílias para execução de atividades específicas.

Todos os beneficiários do PNCF entrevistados afirmam que a adesão ao programa transformou suas vidas e permitiu sua manutenção no meio rural como agricultores familiares. Para todos eles, os recursos obtidos a partir do financiamento viabilizaram a compra de sua terra. Ressaltam que sem as condições oferecidas pelo Programa seria impossível adquiri-la. Além disso, destacam que por ser um financiamento, não apenas doação de terras, os beneficiados dão mais valor ao que conseguem e se dedicam mais.

Como ressalvas, o grupo identificou dois problemas referentes à implementação do Programa na época em que foram contemplados: i) o primeiro é que apenas o financiamento não é o suficiente para comprar o terreno e começar a produzir, existe a necessidade de outros apoios para conseguir implantar a infraestrutura básica (estradas, eletrificação, instalações, habitação, custeio das atividades etc.); ii) os valores iniciais das parcelas exigiram negociação e adequação de prazos e valores como forma de tornarem-se viáveis.

Os agricultores salientam que a principal dificuldade para sua manutenção enquanto agricultores familiares, a partir de sua integração ao PNCF e ainda hoje, é a insuficiência dos recursos financeiros. Ao ingressarem no Programa os agricultores contraíram financiamentos destinados exclusivamente ao pagamento da terra adquirida. Como, em geral, são agricultores descapitalizados, todos encontraram dificuldades para dotar as propriedades de infraestrutura e encontrar meios para custear a implantação das atividades agropecuárias. No caso específico, alguns se tornaram fumicultores, tiveram prejuízos e tiveram necessidade de converter suas

propriedades a outras atividades agropecuárias<sup>2</sup>.

### 5.3 Dinâmica do patrimônio fundiário

Uma característica identificada pela pesquisa é que os agricultores beneficiários mantiverem seu patrimônio fundiário, não vendendo ou comprando novas áreas de terras. Em apenas um dos casos constatou-se ampliação graças ao recebimento de herança por parte de um dos membros do casal agricultores.

### 5.4 Capacitação profissional, assistência técnica e relação com o mercado

O discurso síntese registra uma forte preocupação com a falta de assistência técnica e com a ausência de mecanismos de articulação entre os produtores e o mercado consumidor.

Todos responderam que o suporte técnico do programa é totalmente ineficiente. Constatam a visita anual da Empresa de Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) uma ou duas vezes por ano para realizar a vistoria, analisando se os beneficiários estão seguindo os termos estabelecidos nos contratos. Todos destacam conhecer a empresa pública de extensão rural, mas não registram a participação da mesma no suporte técnico à produção na propriedade rural dos beneficiários do PNCF. Em relação à Assistência técnica aparecem carências relacionadas à falta de apoio para elaboração do projeto de desenvolvimento do estabelecimento, quando houve a aquisição do imóvel. Os agricultores não recebem orientações e buscam reproduzir suas experiências anteriores, muitas vezes incorrendo em fracassos sucessivos. Acentuam que a situação ideal seria aquela em que pudessem descobrir novas alternativas produtivas e, ao mesmo tempo, receberem capacitação profissional para implantar seus novos projetos.

Por outro lado, explicitam suas dificuldades em compreender e estabelecer relações comerciais seguras com os compradores de matéria prima ou consumidores de seus produtos. Este problema é potencializado graças ao baixo nível de adesão às iniciativas de cooperação ou associativismo existentes no município.

O Sujeito Coletivo cita a atuação de projetos de pesquisa ou extensão rural executados por grupos ligados a universidades de Santa Catarina. Mas, em geral, “estes projetos são pontuais, pouco duradouro e ineficientes... Acrescentam pouco à modernização das unidades de produção.”

### 5.5 Vida comunitária

A cooperação formal, através da participação em associações e/ou cooperativas agropecuárias, não é marcante no grupo de beneficiários do PNCF. Apenas um deles identifica-se como

<sup>2</sup> Os agricultores demonstram desconhecimento de algumas linhas de crédito bancário já existente, como por exemplo, o PRONAF, direcionado para os agricultores assentados ou participantes do crédito fundiário.

associado de uma cooperativa local.

### 5.6 Estilo de vida

Todas as pessoas declaram que gostam muito de trabalhar com agricultura. O discurso coletivo ressalta que o “sonho sempre foi trabalhar com leite” e que “é melhor trabalhar aqui do que na praça”, referindo-se à preferência de trabalhar no campo ao invés de na cidade. Em geral, esperam que o meio rural torne-se mais atrativo e que os empreendimentos recebam apoios necessários ao seu desenvolvimento. A soma destas duas condições poderá aumentar o interesse dos jovens de permanecerem no meio rural e, ao mesmo tempo, estimule o retorno daqueles que partiram para as cidades.

### 5.7 O PNCF na perspectiva do sujeito coletivo

Na perspectiva dos beneficiários, a política pública implementada através da operacionalização do PNCF deveria incorporar ou aperfeiçoar os seguintes elementos:

- Mais incentivos e subsídios financeiros para investimentos;
- Articular programas de apoio à comercialização;
- Disponibilizar apoio maior dos serviços de extensão rural;
- Instituir programas de capacitação profissional dos agricultores;
- Estimular o acesso a organizações associativas e cooperativas;
- Fomentar a produção de produtos de qualidade diferenciada (orgânicos e agroecológicos);
- A atividade agropecuária e o mundo rural deveriam ser mais valorizados.

## CONCLUSÃO

O PNCF demonstrou ser uma política pública com grande potencial para incentivar a agricultura familiar no país e mais especificamente no estado de Santa Catarina, validado pelos beneficiários do financiamento. Essa constatação foi possível pelo levantamento das metas do programa e da percepção dos agricultores ligados a ele.

Desde a primeira visita *in loco* para realização das entrevistas, já se pode perceber que a vida na agricultura significa mais para eles que apenas um trabalho ou um local para morar, todos os entrevistados têm um amor pelo estilo de vida da agricultura e pela paz da cidade no interior, que vai além de coisas que possam ser quantificadas. Todos os respondentes demonstraram que sempre tiveram interesse em continuar no campo e que possivelmente não teriam condições de comprar terras por contra própria.

Apesar de haver algumas reclamações e melhorias no programa, todos os beneficiários se demonstraram muito gratos pela oportunidade de ter um financiamento com condições muito justas para pagar. Comentaram que os terrenos se valorizaram, o que demonstra ser um negócio promissor, não só pela valorização mesmo, mas pela dedicação dos agricultores e preocupação em expandir sempre que possível.

Para os entrevistados há a sensação de que as pessoas que foram para a cidade estão tentando retornar ao campo. Não é possível analisar se o programa em si é o responsável por essa mudança, mas é visto por todos como um ótimo incentivo para quem tem interesse em comprar sua terra e começar a produzir.

Conclui-se que o programa realmente é uma oportunidade para quem quer viver na agricultura, cumprindo seu papel como política pública, viabilizando o sonho de muitas pessoas que queriam uma terra para produzir, auxiliando assim a continuação desta proposta de vida. Ainda assim, destaca-se a necessidade de fortalecer o acompanhamento da gestão da propriedade rural, os investimentos mais adequados para otimizar o uso dos poucos recursos financeiros que dispõe. Além disso, os profissionais ligados ao Programa podem ajudar os agricultores a terem acesso a outros programas de crédito com foco no maquinário e demais equipamentos. Sugere-se também, como forma estimular a vida no campo, promover maior coesão social e com isso facilitar o alcance de objetivos comuns dos agricultores, no que se refere à produção e à comercialização de seus produtos, a disseminação do associativismo, sobretudo se estiver ancorado na produção orgânica, que promove um diferencial junto à sociedade. Tais iniciativas poderão se concretizar com mais efetividade na medida em que o poder público somar esforços não só dos órgãos ligados à agricultura, mas de outros setores, como educação, infraestrutura, inovação e desenvolvimento sustentável.

## Referências

- AGRICULTOR 03. **Entrevista III** [05 out. 2016]. Entrevistador: Giovanni Dorneles Bosio. Santa Rosa de Lima, 2016.
- AGRICULTOR 06. **Entrevista VI** [05 out. 2016]. Entrevistador: Giovanni Dorneles Bosio. Santa Rosa de Lima, 2016.
- AUED, Bernardete W. **Agricultura Familiar**. Florianópolis: Insular, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual de Operações do CPR-SIB, CAF e NPT**, Brasília, [S.N], 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa>>. Acesso em 20/10/2017
- BRASIL, Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. **Minuta de Regimento Interno**, [s.1.:s.n.], 2007.
- CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 3ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.
- IBGE. **IBGE Santa Catarina**. [S.L.], IBGE, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>. Acesso em 20 out. 2017.
- IBGE. **IBGE Santa Rosa de Lima**. [S.L.], IBGE, 2015. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421560>. Acesso em 22 out. 2016.
- KOHLER, Alba M. **História Administrativa da Secretaria e Seus Titulares**. 1985. Relatório de estágio supervisionado (Bacharelado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1985.
- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C.; MARQUES, M. C. C. Discurso do Sujeito Coletivo, complexidade e auto-organização. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p.1193-1204, 2009.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. **Ações**. 2016. Disponível em <http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php/acoes>. Acesso em 12 out. 2016.
- SANTA ROSA DE LIMA. **Sítio eletrônico**. 2016. Disponível em: <http://www.santarosadelima.sc.gov.br/>. Acesso em 14 out. 2016. SEBREA SC. **Santa Rosa de Lima em Números**. 2013. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Relat%C3%B3rio%20Municipal%20-%20Santa%20Rosa%20de%20Lima.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de Problemas, Recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- WELLE, D. Por que o mercado de orgânicos ainda não deslanchou no Brasil?. [S.L.], **Carta Capital**, 2015. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/economia/por-que-o-mercado-de-organicos-ainda-nao-deslanchou-no-brasil-1987.html> Acesso em: 10 out. 2016.